UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA - NEAD

CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - MODALIDADE A DISTÂNCIA

POLO DE APOIO PRESENCIAL DE PONTES E LACERDA

RETRATOS REFLEXIVOS DA GESTÃO

EM INSTITUIÇÃO EDUCATIVA ESCOLAR

PONTES E LACERDA/MT

2012

Ana Paula Marcolin

RETRATOS REFLEXIVOS DA GESTÃO

EM INSTITUIÇÃO EDUCATIVA ESCOLAR

Práticas Pedagógicas Ensino/Estágio III-“Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Escola” realizado no curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade a distância da UFMT/UAB, Polo de Pontes e Lacerda, como requisito parcial para obtenção de créditos do Ensino/Estágio III, sob orientação do Prof. Ms Genésio Marques, com a orientação acadêmica do Prof. Esp. Amasílio dos Santos Vaz

PONTES E LACERDA/MT

2012

RESUMO

Com o intuito de promover conhecimento, reflexão e compreensão do cotidiano escolar para além do que acontece na sala de aula, as Práticas Pedagógicas e Ensino/Estágio III apresentou como proposta uma atividade privilegiada de diálogo crítico com a realidade da escola, que favoreceu a articulação do ensino com a pesquisa e extensão, configurado num espaço formativo para as acadêmicas e definido no projeto pedagógico do curso. A prática teve por objetivo principal proporcionar as estudantes uma aproximação com a realidade profissional, com vistas ao aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e pedagógico de sua formação acadêmica, no sentido de prepará-las para o exercício da profissão docente e da cidadania. A reflexão sobre este trabalho coletivo da Gestão Democrática na educação foi discutida nos fascículos de Políticas Públicas e Gestão Educacional I, II e III , levando-nos a questionar sobre a forma de como está se dando a atuação dos Gestores Escolares nas Instituições públicas de Pontes e Lacerda.Neste sentido, um projeto de pesquisa foi proposto para ser aplicado em uma escola do município, abrangendo as dimensões que compõem a gestão democrática como um todo,sendo elas a administrativa, jurídica, comunitária, financeira e pedagógica. Buscamos avançar na construção do conhecimento acerca desta temática e na possível elaboração de propostas e sugestões de melhorias para a Instituição, realizadas a partir do diagnóstico do grupo de acadêmicas. O estudo aprofundado possibilitou conhecer o modo como os indivíduos se comportam, pensam, sentem o mundo em que estão inseridos numa perspectiva de pesquisa e análise reflexiva, sendo de grande relevância para nossa formação acadêmica. Dessa forma, quanto mais informações nós, educadores tivermos sobre os processos psicológicos e pedagógicos da escola, mais possibilidades teremos de enfrentar os problemas e questões que possam aparecer no cotidiano da prática pedagógica.

Palavras Chaves: Gestão Democrática - Políticas Públicas – reflexão - cotidiano escolar.

SUMÁRIO.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS................................................................................6

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO COTIDIANO DAESCOLA.....................................8

VIVÊNCIA DA PROPOSTA DE TRABALHO...............................................................8

1. REFLEXÕES ACERCA DA DIMENSÃO JURÍDICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA INSTITUIÇAO PESQUISADA.............................................9
2. REFLEXÕES ACERCA DA DIMENSÃO ADMINISTRATIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA INSTITUIÇAO PESQUISADA......................................11
3. REFLEXÕES ACERCA DA DIMENSÃO FINANCEIRA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA INSTITUIÇAO PESQUISADA...........................................15
   1. Contextualizando a Dimensão Financeira na Gestão Democrática...............15
   2. Método e execução de Pesquisa e coleta de dados........................................15
4. ANÁLISE DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA DIMENSÃO FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA................................................................................16

5.0. REFLEXÕES ACERCA DA DIMENSÃO COMUNITÁRIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA INSTITUIÇAO PESQUISADA.................................................18

1. REFLEXÕES ACERCA DA DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA INSTITUIÇAO PESQUISADA...........................................20
   1. Contextualizando a Dimensão Pedagógica na Gestão Democrática.............20
   2. Método e execução de Pesquisa e coleta de dados........................................21
2. PERCEPÇÕES SOBRE O ASPECTO PEDAGÓGICO DA GESTÃO ESCOLAR NA INSTITUIÇÃO PESQUISADA.........................................................................22

7.1. Situando o Projeto Político Pedagógico no cotidiano da escola...........22

7.2. A avaliação das Práticas Pedagógicas e a análise dos resultados de aprendizagem pela equipe gestora.................................................................................23

7.3. A diversidade na escola sob a perspectiva do currículo.........................24

7.4. Práticas utilizadas pela escola no processo de aprendizagem dos estudantes..........................................................................................................25

8.0. REFLEXÕES ACERCA DOS RESULTADOS APURADOS NA DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.......................................................28

CONSIDERAÇÕES FINAIS.........................................................................................29

REFERÊNCIAS..............................................................................................................31

ANEXOS.........................................................................................................................32

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As Práticas Pedagógicas e Ensino/ Estágio III, enquanto componente curricular do curso apresentou uma proposta às acadêmicas de como pensar as práticas pedagógicas por meio de ações e intervenção pedagógica, tendo como referência o próprio contexto social, de modo a contribuir na construção de visão consciente do conjunto do saber e do saber / fazer das estudantes em sua área de atuação profissional.

Para organizar o desenvolvimento do Ensino/Estágio III, houve uma reunião realizada pela Coordenação do Curso e Coordenação do Estágio com os estudantes. Nela cada turma foi dividida em grupos, bem como foi definida as instituições de Educação Infantil para o levantamento dos dados. Ficamos com a Escola Municipal Sanária Silvério de Souza.

Na primeira etapa elaboramos um Projeto de Pesquisa que atendesse a todas as dimensões da Gestão Democrática, a fim de avançarmos na construção do conhecimento acerca desta temática e na possível elaboração de propostas e sugestões de melhorias para a Instituição, realizadas a partir do diagnóstico do grupo de acadêmicas.

Para a segunda etapa do Ensino/Estágio III, visitamos a escola referida, tomando como base o roteiro do projeto para o reconhecimento da escola. Posteriormente, tivemos uma conversa com a diretora, a Profª. Maria Nilva Rodrigues Gomes de Souza, entregando-lhe uma carta de apresentação para o estágio.Depois da autorização concedida, cada componente do grupo procurou as pessoas as quais seriam colaboradoras do trabalho para realizar as pesquisas.

O objetivo central da proposta foi realizar uma pesquisa investigativa e de ação reflexiva sobre as múltiplas situações que a comunidade escolar enfrenta em todo seu contexto de cotidiano, refletindo sobre estas ações e sugerindo melhorias neste processo, de modo a contribuir com o desenvolvimento do ensino-aprendizagem e suas especificidades. Para isso, fizemos uso de meios de investigação para coleta de dados, realizadas a partir de entrevistas e análise documental.

Buscamos observar na dimensão jurídica as condições de estrutura física e de material da escola, as condições e espaços e de lazer, sala de aula, iluminação, ventilação, etc.

Verificamos na dimensão administrativa se o projeto político da escola é formulado ou validado anualmente com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, se os planos de ação e as práticas pedagógicas são acompanhados e avaliados de forma participativa e sistemática, se envolve representantes dos pais, alunos, professores e da comunidade, de modo a orientar propostas e melhorias, se o conselho escolar é atuante e expressa comprometimento, iniciativa e efetiva colaboração na construção, no desenvolvimento e na avaliação do projeto político pedagógico da escola.

Nos atentamos para a dimensão comunitária, de modo a perceber as formas ou mecanismos que a escola desenvolve para que haja a participação da comunidade, levantando opiniões de pais, mães de maneira informal na entrada da escola, buscando informações sobre o espaço que a comunidade tem na escola.

Prestamos atenção na dimensão financeira, nos livros de prestação de contas, na atualização dos dados, registros, se existe organização dos documentos, notas, exposição da prestação de contas.

Atentamos-nos também para a dimensão pedagógica de gestão da escola, percebendo para que tem servido o PPP no cotidiano da vida escolar, ver as partes centrais do PPP o que é proposto como referencial, diagnóstico, programação, a vivência do planejamento pedagógico entre os professores, o IDEB da escola.

A partir da coleta de dados feita pelas integrantes do grupo de forma individual, realizamos a junção dos dados e das análises reflexivas da seguinte forma: Na primeira parte do relatório, fizemos a contextualização da Gestão Democrática dentro do espaço escolar, descrevendo a forma como entendemos esta temática no cotidiano da escola a partir das experiências adquiridas nesta prática. Apresentamos logo depois uma breve retrospectiva de nossa vivência, destacando os dias e as ações realizadas pelo grupo.

No desenvolvimento do trabalho, apresentamos as dimensões teóricas e prática da Gestão Democrática articuladas às entrevistas e dados documentais, fazendo uma análise dos resultados de forma contextualizada. Finalizamos o relatório com nossas considerações sobre a prática, retomando os objetivos do projeto de estágio, considerando o que pode ou não se alcançado na pesquisa e relatando os dados apurados, além de ressaltar os avanços na construção de nossos conhecimentos através da realização desta prática.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO COTIDIANO DA ESCOLA.

Segundo Petter e Marques (2011), a Gestão Democrática na educação é um conceito de administração em favor dos interesses coletivos internos e externos à educação institucionalizada, favorecendo o desenvolvimento da consciência democrática e a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão da escola e no sistema de ensino.

De acordo com os autores, a dimensão Pedagógica na perspectiva da Gestão Democrática na escola visa possibilitar que a mesma deixe de ser uma mera executora de programas e projetos oriundos de órgãos superiores do sistema educacional e passe a ter maior responsabilidade em implantar, programar e avaliar sua proposta de trabalho e formação humana a partir da contextualização de sua realidade, demarcando sua identidade através da construção de seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

Em nossas práticas, percebemos a Gestão Democrática como um conjunto de procedimentos que dão autonomia a escola, incluindo todas as fases do processo de administração, desde a concepção de diretrizes de política nacional, passando pelo planejamento, definição de programas, projetos e metas educacionais, de modo a buscar melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem nos alunos.

VIVÊNCIA DA PROPOSTA DE TRABALHO.

A primeira etapa para a elaboração do plano de aula ocorreu no período de 27/08/2012 a 09/09/2012. Tivemos uma conversa sobre a preparação para o estágio com o Orientador Acadêmico e o grupo de acadêmicos sobre o regulamento do Estágio III e para qual escola cada grupo desenvolveria à referida proposta.

A segunda etapa ocorreu de 17/09 a 22/09/2012 na qual, fizemos visitas individuais à instituição para coleta de dados. .

Na terceira etapa, de 23/09 a 15/10/2012 realizamos a junção das dimensões da Gestão Democrática, e elaboramos a primeira versão do relatório.

1. REFLEXÕES ACERCA DA DIMENSÃO JURÍDICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA INSTITUIÇAO PESQUISADA.

Desenvolvemos o Ensino/Estágio III na Escola Municipal Sanária Silveira de Souza, localizada na Rua Vereador Anibas Luis de Souza s/ nº Jardim São Gabriel, que atende o nível de Ensino Infantil e Fundamental com regime escolar através de ciclo e seriado, nos períodos vespertino e matutino atendendo 605 alunos com faixa etária de cinco a quatorze anos, especificados na tabela a seguir a partir dos dados fornecidos pela secretária:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Matutino | | Vespertino | |
| Turma | Número de alunos | Turma | Número de alunos |
| Pré A | 27 | Pré B | 27 |
| 1º A | 24 | 1º B | 24 |
| 2º A | 25 | 1º C | 24 |
| 3º A | 19 | 2º B | 28 |
| 3º B | 19 | 2º C | 23 |
| 4ª A | 20 | 3º C | 26 |
| 4ª B | 22 | 4ª C | 23 |
| 5ª A | 18 | 5ª B | 21 |
| 6ª A | 27 | 5ª C | 20 |
| 7ª A | 28 | 6ª B | 22 |
| 7ª B | 27 | 6ª C | 22 |
|  |  | 7ª C | 25 |
|  |  | 8ª A | 22 |
|  |  | 8ª B | 12 |
|  |  | 9ª A | 30 |

Quanto à estrutura física o levantamento de dados foi realizado pelo grupo no período matutino por meio de observações e entrevistas sendo permeado ora pela presença da diretora, ora da secretária e também a coordenadora que apesar de não fazer parte inicialmente da entrevista foi solicitada pela diretora a nos ajudar nas respostas.

A prática pedagógica adotada na instituição, em partes sustentam os referenciais teóricos estudados e em outras não. Por exemplo, através da observação do ambiente escolar percebemos que, embora os aspectos relacionados com a segurança do ambiente escolar serem importantes para prevenção de acidentes e possíveis agravos à criança, notamos que não tem merecida a devida atenção seguindo o suporte das normas Técnicas do Código Sanitário Brasileiro:

As Normas Técnicas do Código Sanitário Brasileiro (2001) se referem aos principais espaços que constitui uma instituição de educação infantil: espaços de recreação, dormitórios, instalações sanitárias, local de preparo e distribuições de refeições, salas de amamentação. (PASSOS (fasc. III), 2007 p. 85)

Já os móveis, no caso, as mesas e as cadeiras da sala de aulas são adequadas ao tamanho e idade da criança, no entanto não atendem ao número de crianças.

Talvez, por a escola não ser exclusiva para crianças até seis anos, ela não estão priorizando as normas técnicas que exige uma Instituição de Educação Infantil acerca do cuidar e educar.

Em entrevista a coordenadora da escola nos relatou que as legislações que normatizam o funcionamento da escola são o PPP (Projeto Politico Pedagógico) e o Regimento Interno. E que o Regimento e o conselho escolar foram criados desde quando a escola foi inaugurada, já que é uma exigência para que a mesma funcione sendo atualizadas anualmente sendo aprovados por representantes de pais, alunos e profissionais da educação que se fazem presentes nas reuniões pedagógicas.

A mesma ainda nos informou que a lei que rege o pano de carreira dos trabalhadores da instituição é o PCCS (Plano de carreira, cargos e salários), porém sempre que acontece algum fato em relação ao plano de carreira os gestores do município acabam que faz valer a lei conforme seus interesses, já que o PCCS é sobrepostos pela Lei 002 que também é sobreposto pela Constituição, então acaba valendo a vontade e beneficio que convém aos gestores.

As ações de auto-avaliação que acontece na escola são as reuniões de conselho de classe que acaba sendo feitas avaliações dos alunos. Tendo apenas na reelaboração do PPP e do Regimento interno sendo acrescidas ações que visam à melhoria da escola.

1. REFLEXÕES ACERCA DA DIMENSÃO ADMINISTRATIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA INSTITUIÇAO PESQUISADA.

O recorte para a dimensão sobre os aspectos administrativos da escola na qual engloba a dimensão administrativa teve como sujeitos de pesquisa a presidente do conselho escolar, membro representante do conselho escolar e para tal analisamos os seguintes documentos: Lei Democrática que rege a escola, regulamento do conselho escolar e o livro ata do conselho escolar.

Os sujeitos de nossa pesquisa para essa dimensão concordou em ser entrevistada, porém não permitir divulgação de nomes nem permissão para uso da imagem. Serão identificadas no decorrer do texto como entrevistada A e entrevistada B.

O documento que rege a escola é A Lei de Gestão Democrática do Município, que foi lavrada em 23 de março de 2004, sendo intitulada Lei 723/2004, na qual se refere à Instituição da Gestão Democrática na Rede Municipal de Ensino de Pontes e Lacerda e da outras providências.

A Lei indica que cabe ao Conselho de cada escola criar seu estatuto ou regimento interno, pois “é um organismo deliberativo e consultivo das diretrizes e linhas gerais desenvolvidas na Unidade Escolar e constitui-se de representantes dos vários segmentos da comunidade escolar”. (PONTES E LACERDA, 2004).

As entrevistadas ao serem indagadas de como funciona a gestão da escola, nos responderam que é de forma democrática, a mesma pode assim ser definida.

A gestão democrática é resultado das lutas e da pressão das entidades representativas dos educadores brasileiros pela redemocratização da sociedade, principalmente, dos processos educativos dos sistemas de ensino da escola; do combate ao tecnicismo pedagógico e ao caráter técnico burocrático da administração da educação; da luta pela democratização do ensino. (PETTER E MARQUES, 2011 p.35).

A gestão democrática é um dos temas mais discutidos entre os educadores, representado importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola.

Quando questionadas sobre os tipos de conselhos existem na escola? Qual é a competência deles? O que fazem? Como fazem ou desenvolvem suas competências?

Diagnosticamos na fala das entrevistadas da escola pesquisada que:

*Existem dois conselhos: o deliberativo e o fiscal. (entrevistada A, 2012).*

*A competência deles é administrar os recursos do FNDE, que é o dinheiro enviado pelo governo Federal, sendo uma vez por ano. (entrevistada B, 2012)*

*É composto por presidente, tesoureiro, secretário e conselheiros fiscais. (entrevistada A, 2012).*

*Fazemos reuniões com funcionários da escola para saber a necessidade de material a ser comprado em seguida feita com o conselho para repassar as necessidades ouvidas e diante do conselho decidir o que vai comprar, tudo registrado em ata.(entrevistada B, 2012).*

O conselho escolar consiste em um espaço de participação coletiva, ao promover de forma direta ou indireta o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar nos processos educativos. Pode-se dizer que:

Órgão coletivo de decisões e de analises dos problemas da escola.O colegiado representa, também , uma mudança tanto nos processos de tomada de decisões administrativas e pedagógicas, como nas formas de relacionamentos com a comunidade Oe com os órgãos superiores da administração educacional (RODRIGUES (1984) Apud PETTER E MARQUES (2011)p.46).

Com isso a escola conta com uma equipe cada vez mais consciente da necessidade de realizar um trabalho coeso, que busque formar o ser humano e não só transmitir conhecimentos, apesar ainda de algumas resistências, trabalhando para melhoria de qualidade de trabalho, juntamente com uma equipe comprometida com o processo ensino aprendizagem.

O Conselho Escolar totalizam-se em 05 (cinco) membros sendo 01 presidente, 01 secretário e 03 conselheiros e cabe ao conselho deliberativo:

1. Apreciar o plano de ação da diretoria para o respectivo exercício;
2. Aprovar o plano de aplicação de recursos;
3. Revisar os balancetes de receitas e despesas apresentados nas reuniões pela diretoria, emitindo parecer, por escrito, com as assinaturas de, pelo menos três conselheiros;
4. Promover sindicâncias para apurar irregularidades no âmbito de sua competência;
5. Determinar a perda de mandato dos membros da diretoria por violação de estatuto;
6. Emitir parecer conclusivo sobre matérias levadas a apreciação do colegiado;
7. Solucionar casos de desvios de conduta dos alunos;
8. Solicitar à Secretaria da escola, em casos de extrema indisciplina e após ter esgotado todas as possibilidades, emissão de transferência compulsória a alunos infratores.
9. Reunir ordinariamente por bimestre; (PONTES E LACERDA, 2004).

O Conselho Fiscal é o Órgão de Controle e fiscalização da Unidade Executora constituída por 03 (três) membros e efetivos e 03 (três) suplentes, sendo 02 (dois) pais e 01 (um) professor. Que deverão se eleger na primeira Assembleia Geral Ordinária, após a eleição da Diretoria.

Compete ao Conselho Fiscal:

1. Fiscalizar as ações e a movimentação financeira da Unidade Executora: entradas, saídas e aplicações de recursos, emitido pareceres para posterior apreciação da Assembléia Geral;
2. Examinar e aprovar a programação anual, relatório e a prestação de contas, sugerindo alterações, se necessário, mediante emissão de pareceres;
3. Solicitar a Diretoria, sempre que se fizer necessário. Esclarecimento e documentos comprobatórios de receitas e despesas;
4. Apontar à Assembléia Geral as Irregularidades, sugerido as medidas que se julgar úteis à Unidade Executora;
5. Convocar a Assembléia Geral Ordinária, se o Presidente da Unidade Executora retardar por mais de um mês a sua convocação, e convocar a Assembléia Geral Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes. (PONTES E LACERDA, 2004).

Segundo o documento o Conselho Escolar e fiscal é o órgão máximo ao nível da escola e tem funções consultivas, deliberativa e fiscalizadora e o mandato de cada membro do Conselho Escolar e fiscal terá a duração de dois anos havendo reuniões ordinárias bimestralmente e extraordinárias quando houver motivos graves e urgentes.

Sendo assim a equipe da escola está a cada dia se aperfeiçoando as necessidades do educando. Notamos essa realidade ao questionar as nossas colaboradoras sobre quem toma as decisões na escola e como isso se dá costumeiramente.

*As decisões são tomadas em reuniões de maneira democrática com todos os segmentos decidindo o que for melhor para a escola. (entrevistada A, 2012).*

As famílias podem se envolver ativamente nas decisões tomadas pelas escolas dos seus filhos. Candidatar-se a uma vaga no conselho escolar é uma boa maneira de acompanhar e auxiliar o trabalho dos gestores escolares. Indo ao encontro de que Petter e Marques (2011), abordam sobre o Conselho Escolar*,* o mesmo (...) *consiste em um espaço de participação coletiva, ao promover de forma direta ou indireta o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar nos processos educativos.*

Assim observamos que a democratização da gestão de ensino está muito atuante, observamos essa afirmação ao questionarmos de forma se dá a participação dos diferentes segmentos da escola, reuniões e assembleias e como são comunicadas as decisões tomadas na escola.

*Reunião por setor de serviço e dependendo do comunicado é feita no coletivo* (entrevistada B, 2012).

Sendo assim a gestão democrática consiste em:

Um conjunto de procedimentos que inclui todas as fases do processo de administração, desde a concepção de diretrizes de política educacional, passando pelo planejamento e definição de programas, projetos e metas educacionais, até as suas respectivas implementações e procedimentos avaliativos (MENDONÇA (2000) *Apud* PETTER E MARQUES (2011)p.38).

(...) em um projeto cujas condições de existências implicam, de uma parte, a responsabilidade coletiva e, de outra parte, a vontade individual de transformar a própria consciência , pelo autoconhecimento, pela autocrítica, pela humildade de aceitar a diferença, como condições para o dialogo e a ação conjunta.( PETTER E MARQUES (2011)p.38).

A escola tem que procurar desenvolver um ensino de qualidade, permitindo a todo aluno a construção de uma consciência critica e a oportunidade de buscar uma formação identificada com sua própria personalidade.

Entendemos que todos os segmentos da escola é desenvolver, incentivar e promover políticas, práticas e atividades que irão melhorar a qualidade dos programas escolares e os níveis de desempenho dos alunos. A participação de funcionários, pais e alunos possibilitam a transparência dos atos públicos e políticos que envolvem a escola, essa forma de participação reforça os interesses coletivos permitindo que os diferentes setores da sociedade possam contribuir e participar da gestão da escola de forma democrática e institucionalizada.

1. REFLEXÕES ACERCA DA DIMENSÃO FINANCEIRA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA INSTITUIÇAO PESQUISADA.
   1. **Contextualizando a Dimensão Financeira na Gestão Democrática.**

Segundo Petter e Marques (2011), Outro importante mecanismo da gestão democrática consiste na destinação e no repasse dos recursos financeiros por parte do poder público para educação, o qual se refere ao instrumento que viabiliza e também garante um direito constitucional, dando a acesso ao cidadão a uma educação de qualidade e nela permanecendo.

O autor ressalta que esses recursos deverão ser transferidos para as instituições educativas para que estas possam fazer uma gestão democrática na dimensão financeira conforme as necessidades da proposta pedagógica e suas despesas cotidianas.

Desse modo é necessário que a escola descentralize os recursos financeiros, para fortalecer sua autonomia e requerer a participação efetiva da comunidade escolar em conselhos escolares para possam ter clareza da aplicação e prestação de contas dos recursos destinados à escola.

* 1. **Método e execução de Pesquisa e coleta de dados.**

Com propósito de contemplar a proposta de Estágio III, elaboramos um projeto de pesquisa (Anexo) que teve um foco para a dimensão financeira da Gestão Democrática da Escola Municipal pesquisada. Na dimensão financeira, tivemos como apoio a entrevista com a Presidente do Conselho Deliberativo da escola, pelo motivo que os sujeitos indicados para entrevista do projeto do estágio, não puderam colaborar. Pois a Tesoureira Conselho Escolar trabalhava em outra escola, e não poderia vir na escola nos dias do estágio para nos conceder a entrevista. Sendo assim pedimos a colaboração da diretora nesse processo, mas ela nos indicou a presidente do conselho como sendo a pessoa que poderia nos ajudar nessa questão. A pesquisa ocorreu no período matutino, realizada por meio de caderno de anotações.

Utilizamos também o método de análise documentos presentes no site FNDE que possibilitou coletar dados e informações sobre os programas de financiamento do município; plano de aplicação; livro de prestação de contas/livro-caixa; recursos.

A entrevista ocorreu no prédio da instituição, na sala da diretoria, durante período manhã. Desse modo a Presidente do Conselho mesma leu e assinou o documento Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo) fornecido pelo curso.

1. ANÁLISE DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA DIMENSÃO FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA.

A partir dos estudos realizados e analise do site FNDE, observamos que boa parte dos recursos destinados às escolas públicas advém através de programas do governo federal. E na Escola Municipal Sanária Silvéria de Souza, não é diferente, em entrevista com presidente do conselho, ela nos rela que as fontes de recursos que a escola possui são advindas do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, e que a escola também recebe recursos do município, mas que esses são provindos de materiais de bem de consumo, como merenda, material didático e reforma. Ressalta que único recurso que a escola possui que não seja o público, é o dinheiro gerado por ela paga funcionário para cuida-lá. E o que restante do lucro é utilizado na escola para reparos e manutenções, alegando que a cantina presta contas no conselho, com toda comunidade escolar e anexo ao mural.

Com intuito de sabermos quem são as pessoas responsáveis pela aplicação e prestação de contas desses recursos, a presidente do conselho de prontidão nos respondeu que é o conselho deliberativo e o conselho fiscal, as pessoas envolvidas são pais, professores e diretor.

Neste sentido Petter e Marques (2011), ressalta que é necessário haver transparência e lisura nas ações dos representantes do Conselho Escolar, dessa forma nos alerta para alguns cuidados que devemos ter com os recursos públicos da escola, como estabelecer critérios para aplicação dos recursos; planejar os gastos conforme o proposto no projeto político-pedagógico; acompanhar a aplicação dos recursos; a comunidade escolar deve participar na decisão da aplicação dos recursos, bem como acompanhar–lhes a aplicação.

Sendo assim questionamos a Presidente do Conselho Escolar sobre como é realizado a gestão dos recursos financeiros plano de aplicação e prestação de contas. Ela nos respondeu o seguinte:

Após obter o valor do recurso PDDE, a escola realiza uma reunião com todos os envolvidos, para discutirem sobre nossas principais necessidades. Em seguida é marcada outra reunião com o conselho escolar para trazer os anseios que a comunidade escolar pontuou e as necessidades pedagógicas para assim decidir o que será comprado com recursos disponíveis. Para efetuar a compra é necessário realizar três cotações de preços dos produtos, sendo que cada orçamento em diferentes empresas e aquela que tiver menor preço, a escola deverá efetuar comprar. Depois de para realizar a compra, é necessário preencher o cheque nominal a empresa vencedora da cotação, a nota fiscal da compra tem que ser emitida no mesmo dia da emissão do cheque. Depois da compra é levado em uma pasta para prefeitura as três cotações, as notas fiscais das compras e as copias dos cheques. (Prof.Elzana, Tesoureira conselho escolar)

A partir do depoimento da Presidente do Conselho, percebemos que a aplicação e prestação de contas realizadas pelo Conselho Deliberativo da escola, estão atuando de forma democrática, voltados para finalidades educacionais propostas pelo projeto politico-pedagógico.

Mas é visto que para que essas finalidades educacionais sejam alcançadas, é necessário saber lidar com verbas/recursos com intencionalidade e reflexão no que se refere à aplicação dos recursos financeiros, Petter e Marques (2011) nos afirma, ser relevante haver o cumprimento do que foi estabelecido no Plano de Aplicação, tendo o cuidado de verificar o controle no gasto dos recursos, (por exemplo, a cotação de preços) e na documentação das entradas e saídas (notas fiscais, recibos, cheques).

Depois desse processo de aplicação dos recursos financeiros, Petter e Marques (2011), nos esclarece sobre a importância da prestação de contas dessa aplicação, de forma que possamos comprovar as despesas realizadas, verificar se as metas estabelecidas foram cumpridas com os recursos alocados. De forma que o conselho formalize essas prestações através de formulários e relatórios, para assim passar pela apreciação e aprovação do Conselho Fiscal, e comunidade escolar.

Apesar da escola pesquisada não ter nenhuma exposição em murais referentes aos gastos realizados tanto dos recursos PDDE ou Cantina, a Diretora que estava no momento da nossa conversa com a Presidente do Conselho Escolar, disse que é exposto para a comunidade em murais os destinos dos gastos dos recursos, mas como os recursos do PDDE é uma vez por ano, já foi retirado do mural, não mencionado o motivo do por que das prestações de contas, dos gastos da cantina não estar expostos no mural.

Percebemos através das falas dos entrevistados e dos documentos analisados, que a escola concretiza uma gestão democrática na dimensão financeira de forma participativa, de maneira que envolve a comunidade para decidirem sobre as principais necessidades da escola para que de fato os recursos sejam aplicados onde ocorra necessidade de aplicação, já no que se refere à transparência na aplicação e prestação de contas com comunidade escolar, notamos que a escola ainda precisa concretizar uma gestão democrática na dimensão financeira de modo que a esclareça todo ano letivo o destino dos recurso que escola recebe. Dessa forma se torna possível contribuir com uma progressiva autonomia das unidades escolares, que assim podem oferecer uma educação básica qualidade, de forma que fortaleça a escola pública no Brasil.

1. REFLEXÕES ACERCA DA DIMENSÃO COMUNITÁRIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA INSTITUIÇAO PESQUISADA

Para a dimensão estabelecida, a qual é; Dimensão Comunitária fará uso de métodos de pesquisa, a qual foi entrevistada uma mãe de que possui dois filhos matriculados na escola municipal Sanária Silvéria de Souza.

Sabemos que, a parceria entre escola e comunidade é indispensável para uma Educação de qualidade e dependem de uma boa relação entre familiares, gestores, professores, funcionários e estudantes. Essa relação de escola-comunidade favorece a aprendizagem do aluno. Por isso é importante sabermos na realidade como funciona isso nas escolas, na busca de caminhos para a sua melhoria.

A suposta mãe I, respondeu algumas questões, que foi de suporte para entendermos melhor qual a relação entre os pais e a escola. Perguntamos a mesma, como tem sido a participação dos pais no cotidiano da escola? Como se dão as relações entre os pais e os professores e demais funcionários da escola? Na secretaria como as pessoas são atendidas? Quais são os mecanismos ou espaços promovidos pela escola para aproximar a comunidade para participar na escola?

As respostas da referida mãe foi a seguinte:

*A participação dos pais na escola é razoável, eu particularmente sempre que posso faço uma visita na escola para saber o rendimento escolar de meus filhos.*

*A minha relação com a escola, professores e funcionários é boa, pois sou muito bem recebida desde a chegada à escola.*

*Pude perceber que todos os pais são muito bem recebidos e atendidos na secretaria.*

*Bem, para aproximar a comunidade para participar mais da escola, a mesma promove as reuniões pedagógicas e as datas comemorativas, gincanas, interclasse. Na gincana os pais participam ativamente.*

*No conselho deliberativo também tem a participação assídua dos pais. (mãe I entrevistada, 2012).*

Percebemos que, o objetivo dos Conselhos da Escola é desenvolver, incentivar e promover políticas, práticas e atividades que irão melhorar a qualidade dos programas escolares e os níveis de desempenho dos alunos. A participação de funcionários, pais e alunos possibilitam a transparência dos atos públicos e políticos que envolvem a escola, essa forma de participação reforça os interesses coletivos permitindo que os diferentes setores da sociedade possam contribuir e participar da gestão da escola de forma democrática e institucionalizada.

PETTER e MARQUES nos reportam que:

O conselho escolar de natureza deliberativa pode elaborar aprovar, decidir e eleger possui poder de decisão. Sua composição, atribuições e funcionamento dependem da legislação acerca da gestão democrática de cada rede de ensino. (PETTER e MARQUES 2011, p.46).

Compreendemos que, no conselho de natureza deliberativa, onde os pais participam, os mesmos trocam ideias entre os participantes do conselho, como a coordenação pedagógica, professores, alunos, entre outros. Eles debatem sobre algum assunto em que os mesmos procuram encontrar uma solução para resolver tal problema.

Assim, compreendemos que a Dimensão Comunitária também visa à aprendizagem, o desenvolvimento e a educação do aluno. Atentar-se na dimensão comunitária para as formas ou mecanismos que a escola desenvolve de modo que haja a participação da comunidade, levantar opiniões de pais, mães de maneira informal na entrada da escola sobre o espaço que a comunidade tem na escola.

A dimensão comunitária da escola se fundamenta numa relação em que uma parceria produziu outra, replicando em novas parcerias, as quais resultaram em práticas criativas de negociação mobilização e solidariedade, criação de oportunidades de valorização do saber comunitário, exercício pró-ativo dos direitos e deveres de cidadania, organização e implementação de ações de interesse comum, e cumprimento do papel social da escola, na sua missão essencialmente humanizadora.

1. REFLEXÕES ACERCA DA DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA INSTITUIÇAO PESQUISADA

**6.1. Contextualizando a Dimensão Pedagógica na Gestão Democrática.**

Segundo Petter e Marques (2011), a dimensão pedagógica é de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola, que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos.Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, atuando como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco.

Esta autonomia na escola exige do corpo docente e administrativo da instituição uma constante atenção, de modo a perceber para que têm servido o PPP no cotidiano da vida escolar, atentando-se aos principais pontos abordados no documento emergidos nas ações rotineiras da escola, no que tange as propostas como referenciais, diagnósticos, programação, a vivência do planejamento pedagógico entre os professores e o IDEB da escola.

**6.2. Método e execução de Pesquisa e coleta de dados.**

No sentido de contemplar a proposta de Estágio III, elaboramos um projeto de pesquisa (Anexo) que abordou um recorte específico para a dimensão pedagógica da Gestão Democrática da Escola Municipal pesquisada. Na dimensão Pedagógica, fizemos uso de entrevista com a coordenadora pedagógica da escola no período vespertino e uma professora do Ensino Fundamental, também do período vespertino, realizada por meio de um gravador de voz e caderno de anotações.

Também usamos o método de análise documental, coletando dados e informações contidas no documento do Projeto Político Pedagógico da escola, que nos foi gentilmente concedido pela escola no formato digitalizado. Questionamos sobre outros documentos, como Matriz curricular, Projetos; Plano Curricular e o Plano de Ensino. A coordenadora nos informou que estavam todos anexos ao PPP.

As entrevistas aconteceram nos limites do prédio da instituição, durante e após o encerramento das atividades escolares. Entrevistamos primeiramente a coordenadora, que após ter lido e assinado o documento Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo) fornecido pelo curso, aceitou dar suas considerações a respeito desta temática. A entrevista ocorreu em sua sala no dia 1º de outubro, por volta das 14h:00 hs.

A professora escolhida para a entrevista foi sugerida pela coordenadora. Ela leciona para a turma do 3º ano do Ensino Fundamental. A mesma nos cedeu um momento para a entrevista após o encerramento de suas atividades escolares, no espaço da sala onde ministra suas aulas, no dia 2 de outubro, por volta dás 17:00 hs, depois de ler o documento Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo) e assiná-lo.

A análise de documentos se deu por meio de leitura do PPP digitalizado, no computador da casa de uma das integrantes do grupo. Os aspectos relacionados à dimensão pedagógica da gestão escolar da instituição diagnosticados na coleta de dados do documento do PPP e nas entrevistas serão apresentados de modo relacionado com os referenciais teóricos estudados acerca desta temática a seguir:

7.0. PERCEPÇÕES SOBRE O ASPECTO PEDAGÓGICO DA GESTÃO ESCOLAR NA INSTITUIÇÃO PESQUISADA

Iniciamos a análise do Projeto Político Pedagógico nos atentando para a periodicidade da atualização da proposta curricular da escola, de modo a atender os interesses e as necessidades dos alunos e da comunidade. Em conversa com a coordenadora na época em que realizamos o estágio III, ela nos disse que o documento estava em processo de alterações e adequações, nos alertando que o mesmo ainda não estava totalmente concluído e revisado, podendo portanto, apresentar incoerências e inconexões no corpo do texto.

**7.1.Situando o Projeto Político Pedagógico no cotidiano da escola.**

Percebemos um projeto bem elaborado, coerente com as diretrizes e orientações curriculares municipais, que traz um conteúdo contemporâneo e contextualizado com a realidade sócio-cultural de seus frequentadores. O Projeto Político Pedagógico analisado se auto define da seguinte forma:

É este o documento que propõe a partir de intenso trabalho de planejamento, o trabalho a ser desenvolvido no interior da escola, com base em diretrizes filosóficas e políticas bem definidas.

Todo este trabalho deve estar solidificado em três grandes eixos conforme destaca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Um destes eixos é a flexibilidade através da qual a escola exerce a autonomia de organizar seu próprio trabalho. O outro eixo é o da avaliação que deve ser desenvolvida de modo a dar sustentação a todas as ações e permitir sua constante reformulação a partir das necessidades do processo ensino aprendizagem. Finalmente temos o eixo da liberdade que permite que o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas flua com naturalidade no interior da escola enriquecendo o processo educativo (PPP, 2012, p. 10).

Segundo o documento, no início do ano letivo foi realizado um projeto para conhecer o perfil dos clientes da Instituição, em parceria com a Igreja Batista, intitulado “Projeto Gamaliel”, que juntamente com a Direção, equipe de coordenação e em parceria com os professores, fez um levantamento sobre a real situação sócio-cultural de seus alunos, com o objetivo de:

(...) colocar o professor e os coordenadores mais próximos da realidade do aluno, de modo que isto lhes possibilitasse realizar um trabalho mais afinado com as reais necessidades de nossos estudantes (PPP, 2010, p. 35).

O resultado desta pesquisa mostrou que, apesar de os frequentadores serem em sua maioria, oriundos da região central da cidade, fator que confere à escola o *status* de "escola de classe média", esta não é a realidade, pois existe um número representativo de alunos, que têm dificuldades até mesmo para adquirir os materiais básicos para frequentar à escola e cujas mães, por necessidade, trabalham fora e não têm como acompanhar a vida escolar de seus filhos vendo-se impossibilitadas até mesmo de participar de reuniões bimestrais.

A partir destas considerações, percebe-se que a escola tem sua autonomia pedagógica, que segundo Petter e Marques (2011) se relaciona com os aspectos estritamente pedagógicos da escola, considerando a sua função social, seu público-alvo, sua organização curricular e a avaliação da aprendizagem de seus clientes como foco principal do PPP.

**7.2 A avaliação das Práticas Pedagógicas e a análise dos resultados de aprendizagem pela equipe gestora.**

Atentamo-nos também para um ponto muito pertinente na gestão na dimensão pedagógica, referente à análise dos resultados de aprendizagem dos alunos. Em entrevista com a coordenadora, questionamos sobre esta temática, ela nos descreveu que este processo ocorre na seguinte forma:

*“Além da avaliação formal, aquela que acontece por meio de provas escritas e orais, temos também a avaliação paralela, de observação, onde o professor observa a relação dos alunos com as áreas do conhecimento, a interação com os colegas e com o professor, que depois se reúne com o conselho de classe e nós (coordenação) ficamos sabendo da situação deste aluno, se ele progrediu se estagnou. Temos também a ficha mensal do Projeto “Educar é uma Arte”, realizado em parceria com a Secretaria de Educação, onde todos os meses o professor preenche uma ficha avaliativa, descrevendo com está o aluno no processo de aprendizagem” (COORDENADORA, 2012).*

O Projeto Político Pedagógico traz referências sobre o diagnóstico para medir a aprendizagem escolar a partir de uma concepção de avaliação que proporcione aos alunos a construção efetiva do conhecimento e não simplesmente a assimilação irrestrita de conteúdos sem nenhuma significação.

Aqui o que conta é o processo e não o produto final. O que importa é conhecer o caminho percorrido pelos professores e alunos no sentido da construção de conhecimentos significativos para os educandos, e então, buscar formas de aperfeiçoar cada vez mais o processo (PPP, 2012, p.80).

Da mesma forma, Petter e Marques (2011), ressaltam que o processo de avaliação deve ser contínuo, sendo realizado através de observações diárias feitas pelos professores. Os instrumentos são bastante variados, podendo envolver trabalhos em grupo, pesquisas, atividades extra classe, testes, seminários, exposições de trabalhos, auto-avaliação, trabalho de campo, teatro, jogos, avaliações bimestrais, entre outras.

**7.3.A diversidade na escola sob a perspectiva do currículo.**

A partir de uma perspectiva crítica, o PPP da escola traz um modelo de currículo que procura se adequar ao contexto atual de seus frequentadores. Apresentando uma proposta flexivel, dinâmica, criativa e comprometida com a sociedade na forma como estabelece a relação entre conhecimento, poder e sociedade, numa perspectiva de emancipação:

Esta cultura selecionada pela escola não pode ser vista de modo homogêneo. Há uma diversidade cultural. Em outras palavras, a cultura é plural, vai desde a erudita até a popular passando pela dominante, científica dentre outras formas e a escola ao fazer a seleção, o faz a partir do contexto no qual se situam os professores, os alunos e os demais envolvidos no processo (...) Os profissionais da educação devem buscar a valorização do conhecimento do senso comum, trazido pelas crianças quando chegam à escola, como base para atingir o conhecimento formal ou crítico (PPP, 2012, p.41).

Nesta perspectiva, o currículo atende a uma clientela multicultural e também com necessidades educacionais especiais, realizando a Educação Inclusiva de alunos com deficiência, através de currículo diferenciados nas salas de aula regular para esta clientela e com a Sala de Recursos Multifuncional, que segundo o documento do PPP é um espaço de natureza pedagógica, de apoio complementar ou suplementar, destinado ao Atendimento Educacional Especializado para alunos com necessidade educacional especial e altas habilidades cujo trabalho é realizado por professores com formação e/ou especialização em educação especial.

Segundo Petter e Marques (2011), a elaboração de um currículo autônomo da escola estabelece nela uma convivência democrática em que se respeite o pensamento do outro, as diferenças de opiniões e culturas, e que esta convivência seja fruto de um trabalho de formação de um homem crítico, com capacidade de diálogo, que favoreça a eliminação de estereótipos e de preconceitos.

**7.4. Prática utilizadas pela escola no processo de aprendizagem dos estudantes.**

A Escola Municipal Sanária Silvéria de Souza, segundo documento do PPP, tem como função social a missão de preparar seus educandos para participarem da vida em sociedade, proporcionando-lhes a aquisição de conhecimentos científicos, ou seja, a aquisição de habilidades básicas instrumentais, assim como a aquisição dos conteúdos conceituais mais complexos e domínio das novas tecnologias, utilizando-se de alguns recursos.

**A** estratégia e metodologia utilizada para esta finalidade estão em funcionamento no programa ‘Ensinar é uma Arte’, no qual nos possibilita acompanhar mensalmente o rendimento escolar de cada sala de aula e por sua vez o desenvolvimento de cada aluno através das fichas de gerenciamento da sala de língua portuguesa e matemática com fluxo das habilidades do aluno (acompanhamento de frequência, desempenho e evasão escolar) (PPP, 2012, p.42).

Além deste projeto, o PPP faz referência a demais projetos que objetivam o melhor desempenho dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, sendo que, de acordo com a coordenadora, alguns já foram realizados, outros estão em andamento e outros serão executados antes do fim do ano letivo.

Ao realizarmos uma análise no documento do PPP, percebemos que os projetos: Projeto “Gincana 2012”, Projeto “Gamaliel”, Projeto “Literatura Infantil”, Projeto "Arroz e Feijão Um Par Perfeito", Projeto “Datas Comemorativas” e Projeto “Esporte: Novos Horizontes” não apresentavam objetivos, metodologia e avaliação, sendo apenas citados no documento. Diagnosticamos que apenas os projetos: Projeto “Laboratório de Informática”, Projeto: Fantoche “Um Momento de Encanto”, Projeto “Horas-atividade: Um Novo Momento” e Projeto: “Grupo de Estudo” apresentaram um plano de ação a ser seguido pelo corpo docente.

A coordenadora mencionou que os projetos melhoraram muito o rendimento dos estudantes, pois permite que as fragilidades sejam diagnosticadas, o que dinamiza as ações focadas na realidade de cada aluno. Neste sentido, questionamos a professora da Educação Básica sobre a forma como planeja suas aulas e como elas são trabalhadas com os alunos. Ela nos relatou o seguinte

*Meus planejamentos acontecem durante as horas-atividades realizadas na escola. Em casa, faço algumas pesquisas e bolo algumas possibilidades de atividades, mas o plano concreto mesmo acontece na escola. Toda a classe está em ritmos diferentes, não tenho uma turma homogênea. Cada aluno tem uma progressão cognitiva diferente, por isso trabalho com até três tipos de atividades diferenciadas numa aula. (Professora, 2012).*

Perguntamos então à professora, como são desenvolvidas as práticas pedagógicas para atender as diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem dos alunos, questionando se a escola oferece recursos didáticos adequados e tecnologias que favoreçam o trabalho em equipe, a interdisciplinaridade e a contextualização de saberes. A professora respondeu o seguinte:

*Sim. Utilizo nas minhas aulas materiais paradidáticos, didáticos e tecnológicos. O Projeto “Laboratório de Informática” e projetos interdisciplinares possibilitam que as aulas sejam mais dinâmicas, permitindo trabalhos em grupos e que as crianças realizem pesquisas no laboratório de informática. Realizo aulas interdisciplinares com os alunos por meio de projetos individuais, mas alguns também são realizados pela escola (Professora, 2012).*

A partir do depoimento da professora, percebemos que os projetos são utilizados com bastante frequência na escola, inclusive o uso de materiais paradidáticos, que são livros e materiais que, sem serem propriamente didáticos, são utilizados para este fim. Segundo Menezes e Santos (2002), materiais paradidáticos são considerados importantes porque podem utilizar aspectos mais lúdicos que os didáticos e, dessa forma, serem eficientes do ponto de vista pedagógico. Recebem esse nome porque são adotados de forma paralela aos materiais convencionais, sem substituir os didáticos.

De acordo com os autores, a importância da utilização dos livros paradidáticos nas escolas surgiu a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que estabeleceu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e orientou uma abordagem de temas transversais relacionados ao desenvolvimento da cidadania. Dessa forma, abriu-se espaço para o aumento da produção de obras para serem utilizados em sala de aula, abordando temas como Ética, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo, Saúde e Sexualidade.

No documento do PPP, consta que os planejamentos das aulas acontecem de forma sistemática e em grupos de estudo, que têm como finalidade refletir acerca da prática pedagógica desenvolvida no interior da escola e buscar caminhos para melhorar o trabalho realizado junto aos alunos, este ano com parceria com o CEFAPRO. As reuniões pedagógicas no interior da escola acontecem em momentos distintos: geralmente, no final de cada bimestre e, também ao longo de todo o ano letivo de acordo com a necessidade da instituição de ensino.

Segundo a coordenadora, os planos acontecem em consonância com o projeto curricular da escola, mas também existem as propostas de práticas individuais, planejadas pelos professores. São oferecidas às crianças programações de aulas extra-curriculares, como aulas de informática e treinos esportivos.

A coordenadora também destacou que os espaços da instituição são poucos, por isso, são otimizados para receber os pais dos alunos. O refeitório se transforma em sala de reunião, as mesas do refeitório dispostas lado a lado se tornam anfiteatros, enfim, fazem o possível para atender às necessidades dos alunos.

Para Petter e Marques (2011), quanto maior for a autonomia conquistada pela escola, maior será o compromisso e o engajamento nas tomadas de decisão e nas ações por parte dos sujeitos que fazem a escola e nela participam. Segundo os autores, é com a participação que a autonomia se constrói e internaliza.

8.0. REFLEXÕES ACERCA DOS RESULTADOS APURADOS NA DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.

No PPP da instituição analisada não encontramos o IDEB 2011, então verificando o site oficial disponível pelo MEC, percebemos uma avanço significativo nas notas da Prova Brasil aplicadas aos alunos das turmas até o 5º ano/4ªsérie do Ensino Fundamental da Instituição nos últimos três anos, acompanhando a média de notas das escolas municipais da cidade:

Escola Municipal “Sanária Silvéria de Souza”: 5º ano/4ªsérie)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 2007 | 2009 | 2011 |
| 4,3 | 4,5 | 5,2 |

Município de Pontes e Lacerda (Escolas Municipais: 5º ano/4ªsérie)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 2007 | 2009 | 2011 |
| 4,1 | 4,4 | 5,2 |

Através do recorte de observação e coleta de dados na dimensão pedagógica da Gestão Escolar, pudemos perceber que o documento do PPP tem servido no cotidiano da vida escolar como contribuição importante para a constante melhoria das condições educacionais da comunidade, assegurando uma educação de qualidade aos seus clientes ao propor práticas criativas, inovadoras e de respeito ao próximo.

Conhecendo as partes centrais do PPP, pudemos perceber que a proposta traz os princípios norteadores da filosofia de ensino da escola, que é uma educação pautada nos princípios da ética, da democracia e da responsabilidade social.

O documento do PPP apresenta o perfil da escola e de seus frequentadores, os recursos disponíveis, a organização do espaço e tempo de atividades, o modelo de gestão, que é gestão democrática, no qual todos os envolvidos participam ativamente no processo de tomada de decisões,a organização pedagógica, por meio de um currículo fundamentado no multiculturalismo e na contextualização de saberes a partir da realidade dos estudantes.

Apresenta uma proposta metodológica embasada por projetos, um diagnóstico de avaliação contínuo, sendo realizado através de observações diárias feitas pelos professores e a vivência do planejamento pedagógico entre os professores da escola durante as horas-atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Práticas Pedagógicas e Ensino – Estágio III contribuíram para o entendimento da docência a partir de vivências contextualizadas no cotidiano da escola, o que nos permitiu concretizar situações de práticas docentes tendo como referência a própria realidade social de nossa comunidade, considerando que a atividade docente se fortifica, se fortalece através das práticas.

Na etapa de coleta de dados não tivemos dificuldades, pois fomos bem recebidas pela equipe de profissionais da escola. Buscamos perceber a autonomia da Instituição nas dimensões da gestão democrática , nos atentando para a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão da escola e no sistema de ensino.

Na dimensão jurídica, percebemos que a prática pedagógica adotada na instituição, em algumas partes sustentam os referenciais teóricos estudados, mas em outras não. Pois percebemos que, embora os aspectos relacionados com a segurança do ambiente escolar sejam importantes para prevenção de acidentes e possíveis agravos à criança, notamos que não tem a devida atenção, seguindo o suporte das normas Técnicas do Código Sanitário Brasileiro.

Na dimensão administrativa , notamos que a escola conta com uma equipe cada vez mais consciente da necessidade de realizar um trabalho coeso, que busque formar o ser humano e não só transmitir conhecimentos, apesar ainda de algumas resistências, trabalhando para melhoria de qualidade de trabalho, juntamente com uma equipe, comprometida com o processo ensino aprendizagem.

Na dimensão financeira, percebemos que a aplicação e prestação de contas realizadas pelo conselho deliberativo da escola, estão atuando de forma democrática, voltados para finalidades educacionais propostas pelo projeto politico-pedagógico, porém notamos que a escola ainda precisa concretizar uma gestão democrática na dimensão financeira de modo que a esclarece todo ano letivo o destino dos recurso que escola recebe. Dessa forma a escola contribuirá com uma progressiva autonomia das unidades escolares, que assim podem oferecer uma educação básica qualidade, de forma que fortaleça a escola pública no Brasil

A dimensão comunitária da escola se fundamenta numa relação em que uma parceria produziu outra, replicando em novas parcerias, as quais resultaram em práticas criativas de negociação mobilização e solidariedade, criação de oportunidades de valorização do saber comunitário, exercício pró-ativo dos direitos e deveres de cidadania, organização e implementação de ações de interesse comum, e cumprimento do papel social da escola, na sua missão essencialmente humanizadora.

Na dimensão pedagógica pudemos perceber que o documento do PPP tem servido no cotidiano da vida escolar como contribuição importante para a constante melhoria das condições educacionais da comunidade, assegurando uma educação de qualidade aos seus clientes ao propor práticas criativas, inovadoras e de respeito ao próximo. O documento apresenta uma proposta metodológica embasada por projetos, um diagnóstico de avaliação contínuo, sendo realizado através de observações diárias feitas pelos professores e a vivência do planejamento pedagógico entre os professores da escola durante as horas-atividades.

Desta forma, reflexão coletiva sobre este trabalho da Gestão Democrática na educação nos possibilitou diagnosticar a escola como uma instituição que emprega em sua administração uma Gestão Democrática, apresar de pequenas falhas e fragilidades já mencionadas.

Por fim, ficamos satisfeitas com o trabalho realizado, pois as reflexões acerca da temática da gestão nos proporcionou uma aproximação com a realidade da escola, aguçou a nossa curiosidade em relação aos temas abordados, mas principalmente nos apontou caminhos para que possamos buscar os conhecimentos necessários à contribuição de nossa formação e para o melhor aprendizado de nossos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura.** Brasília: Presidência da República, Casa Civil. 2011. <http://portal.mec.gov.br>. Visitado em 12/10/2012.

BRASIL. **Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação**. Ministério da Educação. http//www.fnde.gov.br. Visitado em 20/10/2012.

MARQUES, Genésio e PETTER, Rosemery Celeste. **Políticas Públicas e Gestão Educacional III**, Cuiabá: UAB/ EdUFMT, 2011

MATO GROSSO. **Projeto Político Pedagógico**: Escola Municipal “Sanária Sivéria de Souza. Pontes e Lacerda, 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos."Paradidáticos" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**- EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp. Visitado em 07/10/2012.

PASSOS, Maria Cristina. **Pedagogia da Infância III**: Educação, Desenvolvimento e Crescimento da Criança.Cuiabá: EdFMT/UAB, 2007.

PETTER, Rosemery Celeste. MARQUES, Genésio. **Políticas Públicas e Gestão Educacional II**. Cuiabá: UAB/ EdUFMT, 2011.

ANEXOS

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA - NEAD

CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - MODALIDADE A DISTÂNCIA

POLO DE APOIO PRESENCIAL DE PONTES E LACERDA

ANA PAULA MARCOLIN

ANGELA MARIA DE OLIVEIRA CHICAROLI

EDILAINE DA CUNHA

MARIEDA SILVA RIBEIRO

SOLANGE PAGLARINI CRESCÊNCIO

**PRÁTICAS PEDAGÓGOCAS E ENSINO/ESTÁGIO III**

RETRATOS REFLEXIVOS DA GESTÃO

EM INSTITUIÇÃO EDUCATIVA ESCOLAR

PONTES E LACERDA – MT

2012

ANA PAULA MARCOLIN

ANGELA MARIA DE OLIVEIRA CHICAROLI

EDILAINE DA CUNHA

MARIEDA SILVA RIBEIRO

SOLANGE PAGLARINI CRESCÊNCIO

**PRATICAS PEDAGÓGOCAS E ENSINO/ESTÁGIO III**

RETRATOS REFLEXIVOS DA GESTÃO

EM INSTITUIÇÃO EDUCATIVA ESCOLAR

Práticas Pedagógicas Ensino/Estágio III-“Gestão e organização do trabalho pedagógico na escola” em Pedagogia – modalidade a distância da UFMT/UAB, polo de Pontes e Lacerda, como requisito parcial para obtenção de créditos do Ensino/Estágio III, sob orientação do professor Ms.Genésio Marques. Orientador acadêmico: Prof. Esp. Amasílio dos Santos Vaz

PONTES E LACERDA – MT

2012

INTRODUÇÃO

Na atual legislação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) cita a preferência pelo modelo democrático e participativo da administração escolar. No artigo terceiro, inciso VIII deste documento, verificamos que sobre os princípios do ensino no Brasil consta a definição de: "gestão democrática do ensino público", já que houve tempo em que as escolas podiam ser consideradas reflexos do sistema autoritário de governo, mas isso mudou, principalmente a partir da atual legislação.

No documento da LDB artigo 15 também verificamos que: "Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira”, portanto, estão completamente superados eventuais vestígios de autoritarismo, pois depende de outros segmentos.

Na busca de contribuir com os princípios que embasam a proposta curricular do curso, no quarto núcleo de estudos Gestão e Trabalho Pedagógico na Educação, serão desenvolvidas as Práticas Pedagógicas e Ensino/Estágio III “Gestão e organização do trabalho pedagógico na escola” e terá como instrumental de referência teórica as contribuições do pensamento produzido historicamente pelas diversas áreas do saber.

Segundo Petter e Marques (2011), a Gestão Democrática na educação é um conceito de administração em favor dos interesses coletivos internos e externos à educação institucionalizada, favorecendo o desenvolvimento da consciência democrática e a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão da escola e no sistema de ensino. Neste sentido, Mendonça *Apud* Petter e Marques (2011) Define gestão democrática como:

Um conjunto de procedimentos que inclui todas as fases do processo de administração, desde a concepção de diretrizes de política nacional, passando pelo planejamento e definição de programas, projetos e metas educacionais, até as suas respectivas implementações e procedimentos avaliativos (p.38).

Para o projeto de pesquisa, escolhemos uma escola municipal de modo a oportunizar a nós, acadêmicas do curso, vivências em diferentes situações e contextos, no sentido de contribuir para o entendimento sobre o fazer pedagógico, situações de ensino, função da escola e profissão docente.

JUSTIFICATIVA

Este projeto de trabalho tem como justificativa atender as Praticas Pedagógicas e Ensino/Estágio III “Gestão e organização do trabalho pedagógico na escola” que proporcionará às estudantes do curso de pedagogia / modalidade à distância discussões das temáticas da Gestão a partir do trabalho de investigação cientifica e discussão acadêmica, tendo, como lócus de pesquisa a própria comunidade escolar.

Para cumprir tal propósito, o referido estágio caracteriza-se por integrar as dimensões teóricas e prática e por articular de forma interdisciplinar, o quarto núcleo de estudo que compõem o currículo do curso: Núcleo de gestão e trabalho pedagógico na educação.

A reflexão sobre este trabalho coletivo da Gestão Democrática na educação foi discutida nos fascículos de Políticas Públicas e Gestão Educacional I, II e III , levando-nos a questionar sobre a forma de como está se dando a atuação dos Gestores Escolares nas Instituições públicas de Pontes e Lacerda.

Neste sentido, elaboramos um projeto de pesquisa para ser aplicado em uma escola do município, abrangendo as dimensões que compõem a gestão democrática como um todo, a fim de avançarmos na construção do conhecimento acerca desta temática e na possível elaboração de propostas e sugestões de melhorias para a Instituição, realizadas a partir do diagnóstico do grupo de acadêmicas.

PROBLEMA DE PESQUISA

A realização do estágio em gestão na escola pública de Educação Básica fundamenta-se na exigência do entendimento pelas acadêmicas do curso de que a atividade docente vai para além da sala de aula, e que a Gestão Escolar é considerada o elemento fundamental de todo o processo educacional de uma Instituição de Ensino.

Desta forma, para que a escola deixe de ser uma mera executora de programas e projetos oriundos de órgãos superiores do sistema educacional e passe a ter maior responsabilidade em implantar, programar e avaliar sua proposta de trabalho e formação humana, deve demarcar sua identidade através da construção do seu Projeto Político Pedagógico. Esta autonomia na Instituição educacional envolve cinco dimensões articuladas entre si, sendo elas: jurídica, comunitária, financeira, pedagógica e administrativa.

A partir destas considerações e dos estudos realizados acerca da Gestão Democrática na escola, consideramos interessante para nossa formação docente, investigar como está se dando esta prática em uma das Instituições em que realizamos outros trabalhos referentes ao curso, no sentido de aprofundar nossos conhecimentos sobre o tema ao vivenciarmos estas relações de forma contextualizada.

OBJETIVOS

GERAL:

Construir uma postura investigativa e de ação reflexiva sobre as múltiplas situações que a comunidade escolar enfrenta em todo seu contexto para contribuir com o desenvolvimento do ensino-aprendizagem e suas especificidades através de investigação, coleta de dados e análise dos resultados.

ESPECÍFICOS:

* Observar na dimensão jurídica as condições de estrutura física e de material da escola, das condições e espaços e de lazer, sala de aula, iluminação, ventilação, etc;
* Verificar na dimensão administrativa se o projeto político da escola é formulado ou validado, anualmente com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar os planos de ação e as práticas pedagógicas são acompanhados e avaliados de forma participativa e sistemática, envolvendo representantes dos pais, alunos, professores e da comunidade, de modo a orientar propostas e melhorias, o conselho escolar é atuante e expressa comprometimento, iniciativa e efetiva colaboração na construção, no desenvolvimento e na avaliação do projeto político pedagógico da escola;
* Atentar-se na dimensão comunitária para as formas ou mecanismos que a escola desenvolve de modo que haja a participação da comunidade, levantar opiniões de pais, mães de maneira informal na entrada da escola sobre o espaço que a comunidade tem na escola.
* Prestar atenção na dimensão financeira nos livros de prestação de contas/livro-caixa a atualização dos dados/ registros; se existe organização dos documentos/ notas; exposição (murais) da prestação de contas.
* Atentar-se na dimensão pedagógica para ver para que tem servido o PPP no cotidiano da vida escolar; ver as partes centrais do PPP o que é proposto como referencial, diagnóstico, programação; a vivência do planejamento pedagógico entre os professores, o IDEB da escola.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Petter e Marques (2011), a dimensão pedagógica é de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola, que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos. Desta forma, constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, atuando como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco.

O projeto apresenta justificativa com apoios teóricos pertinentes às disciplinas Políticas públicas e Gestão Educacional I, I, III e trabalho pedagógico, planejamento e Organização do Espaço escolar I.

O recorte para a dimensão sobre os aspectos administrativos da escola na qual engloba a dimensão administrativa tem como sujeitos de pesquisa o presidente do conselho escolar, membro representante do conselho escolar e para tal analisaremos os seguintes documentos: Lei Democrática que rege a escola, regulamento do conselho escolar e o livro ata do conselho escolar.

A Lei de Gestão Democrática do Município foi lavrada em 23 de março de 2004, sendo intitulada Lei 723/2004, na qual se refere à Instituição da Gestão Democrática na Rede Municipal de Ensino de Pontes e Lacerda e da outras providências.

A Lei indica que cabe ao Conselho de cada escola criar seu estatuto ou regimento interno, pois “(...) é um organismo deliberativo e consultivo das diretrizes e linhas gerais desenvolvidas na Unidade Escolar e constitui-se de representantes dos vários segmentos da comunidade escolar”. (PONTES E LACERDA, 2004).

O Conselho Escolar totalizam-se em 05 (cinco) membros sendo 01 presidente, 01 secretário e 03 conselheiros e cabe ao conselho deliberativo:

1. Apreciar o plano de ação da diretoria para o respectivo exercício;
2. Aprovar o plano de aplicação de recursos;
3. Revisar os balancetes de receitas e despesas apresentados nas reuniões pela diretoria, emitindo parecer, por escrito, com as assinaturas de, pelo menos três conselheiros;
4. Promover sindicâncias para apurar irregularidades no âmbito de sua competência;
5. Determinar a perda de mandato dos membros da diretoria por violação de estatuto;
6. Emitir parecer conclusivo sobre matérias levadas a apreciação do colegiado;
7. Solucionar casos de desvios de conduta dos alunos;
8. Solicitar à Secretaria da escola, em casos de extrema indisciplina e após ter esgotado todas as possibilidades, emissão de transferência compulsória a alunos infratores.
9. Reunir ordinariamente por bimestre; (PONTES E LACERDA, 2004).

O Conselho Fiscal é o Órgão de Controle e fiscalização da Unidade Executora constituída por 03 (três) membros e efetivos e 03 (três) suplentes, sendo 02 (dois) pais e 01 (um) professor. Que deverão se eleger na primeira Assembleia Geral Ordinária, após a eleição da Diretoria.

Compete ao Conselho Fiscal:

1. Fiscalizar as ações e a movimentação financeira da Unidade Executora: entradas, saídas e aplicações de recursos, emitido pareceres para posterior apreciação da Assembléia Geral;
2. Examinar e aprovar a programação anual, relatório e a prestação de contas, sugerindo alterações, se necessário, mediante emissão de pareceres;
3. Solicitar a Diretoria, sempre que se fizer necessário. Esclarecimento e documentos comprobatórios de receitas e despesas;
4. Apontar à Assembléia Geral as Irregularidades, sugerido as medidas que se julgar úteis à Unidade Executora;
5. Convocar a Assembléia Geral Ordinária, se o Presidente da Unidade Executora retardar por mais de um mês a sua convocação, e convocar a Assembléia Geral Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes. (PONTES E LACERDA, 2004).

Segundo o documento o Conselho Escolar e fiscal é o órgão máximo ao nível da escola e tem funções consultivas, deliberativa e fiscalizadora e o mandato de cada membro do Conselho Escolar e fiscal terá a duração de dois anos havendo reuniões ordinárias bimestralmente e extraordinárias quando houver motivos graves e urgentes.

As famílias podem se envolver ativamente nas decisões tomadas pelas escolas dos seus filhos. Candidatar-se a uma vaga no conselho escolar é uma boa maneira de acompanhar e auxiliar o trabalho dos gestores escolares. Indo ao encontro de que Petter e Marques (2011), abordam sobre o Conselho Escolar*,* o mesmo (...) *consiste em um espaço de participação coletiva, ao promover de forma direta ou indireta o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar nos processos educativos.*

Entendemos que todos os segmentos da escola é desenvolver, incentivar e promover políticas, práticas e atividades que irão melhorar a qualidade dos programas escolares e os níveis de desempenho dos alunos. A participação de funcionários, pais e alunos possibilitam a transparência dos atos públicos e políticos que envolvem a escola, essa forma de participação reforça os interesses coletivos permitindo que os diferentes setores da sociedade possam contribuir e participar da gestão da escola de forma democrática e institucionalizada.

Para nossa formação profissional levantaremos a discussão sobre a Dimensão Comunitária, falando com a equipe gestora das escolas.

O projeto de pesquisa nos ajudará a entender a importância para nós enquanto professores pesquisadores, pois tem como finalidade conhecer a realidade para transformá-la, visando à melhoria de nossas práticas pedagógicas e a de nossos colegas de profissão especialmente a esse assunto de que se trata da relação escola e comunidade, onde iremos observar como isso vem ocorrendo no âmbito educacional. Assim, compreender que a Dimensão Comunitária também visa à aprendizagem, o desenvolvimento e a educação do aluno.

No art. 2º da LDB afirma que a educação pública é responsabilidade da família e do Estado e a parceria entre escola e comunidade é indispensável para uma Educação de qualidade e dependem de uma boa relação entre familiares, gestores, professores, funcionários e estudantes. Essa relação de escola-comunidade favorece a aprendizagem do aluno. Por isso é importante sabermos na realidade como funciona isso nas escolas, na busca de caminhos para a sua melhoria.

Assim, a dimensão comunitária da escola se fundamenta numa relação em que uma parceria produziu outra, replicando em novas parcerias, as quais resultaram em práticas criativas de negociação mobilização e solidariedade, criação de oportunidades de valorização do saber comunitário, exercício pró-ativo dos direitos e deveres de cidadania, organização e implementação de ações de interesse comum, e cumprimento do papel social da escola, na sua missão essencialmente humanizadora.

Segundo Petter e Marques (2011), a autonomia financeira alude à elaboração e a execução orçamentária da instituição escolar, por que conforme a LDBEN nº 9.394/96, em seu artigo 12, inciso II, a escola tem responsabilidade em administrar seu quadro de pessoal e seus recursos financeiros. A instituição educativa publica é financiada pelo Poder Público e, por isso, os recursos orçamentários a ela destinados necessitam de que haja previsão e controle interno e externo das contas, o que possibilita a transparência de aplicação destes.

Sendo assim, os autores ressaltam que para que a escola receba verbas e recursos, para efetuar despesas e prestar contas, ela precisa ter instituído o Conselho Escolar, que, como se sabe, é o órgão responsável pela decisão e deliberação dos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros da escola como unidade executora inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

Desse modo Monlevade (2001) *apud* Petter e Marques (2011) afirma que a descentralização dos recursos financeiros, para a escola gerir, fortalece sua autonomia e requer a participação efetiva da comunidade escolar em conselhos escolares para que se tenha transparência na aplicação e prestação de contas dos recursos e na decisão de onde, de fato, ocorre a necessidade de sua aplicação.

METODOLOGIA

Esta pesquisa terá como lócus uma escola municipal de Pontes e Lacerda a Sanária Silveira de Souza, localizada na Rua Vereador Anibas Luis de Souza s/ nº Jardim São Gabriel, que atende 708 alunos do Ensino Fundamental, nos período vespertino e matutino distribuídos em 14 salas de aulas totalizando 28 turmas com faixa etária de cinco a quatorze anos. Os profissionais que atuam são: 1 secretária, 1 diretora, 10 auxiliares de serviços gerais, 4 vigias, 17 pedagogas, 6 na área da linguagem, 5 na área de ciências naturais e 2 na área de ciências humanas. Os dados obtidos da escola foram coletados na Etapa do Estágio Supervisionado I.

Com intuito de conhecer a realidade da gestão e organização do trabalho pedagógico na escola, faremos uma investigação através do estágio IIII, aprofundando nosso conhecimento acerca de elementos que diferenciam entre si, sua própria identidade, subjetividade , ou seja, a singularidade, a cultura da escola que é formada pela multiplicidade de sentidos da qual é produto e produtora. Tendo como referências as perspectivas do diretor, secretária, presidente (a) do conselho escolar, membro representante do conselho escolar, tesoureiro do conselho escolar, coordenador pedagógico e professores.

No primeiro momento para o desenvolvimento do Estágio III, houve uma reunião realizada pela Coordenação do Curso, Coordenação Pedagógica do Polo e Coordenação do Estágio com os estudantes. Na qual foi dividido em grupos e foi definido as Instituições de Educação Infantil para levantamento dos dados.

Para as dimensões estabelecidas faremos uso dos seguintes métodos de pesquisa: Entrevista com um gestor, secretária, membro do conselho, presidente do conselho escolar, pais, mães, ou responsável pela criança, tesoureiro do conselho escolar, coordenador Pedagógico e um professor da Educação Básica e análise de documentos. Para este fim, a pesquisa nesta área de conhecimento se dará entre os dias 17 e 22 de setembro de 2012.

Após apreciação e concordância do Projeto de Pesquisa pela diretora da instituição, iremos coletar os dados para compor o retrato da instituição escolar que iremos visitar, caracterizando a integração da dimensão teórica e a prática do currículo.

Realizaremos as atividades de acordo com as possibilidades de cada sujeito, fazendo uso de gravador de voz, entrevistas e uso de máquinas fotográficas se assim for necessário. As perguntas podem variar de acordo com o rumo que a entrevista tomar.

CRONOGRAMA

|  |  |
| --- | --- |
| ***Etapa*** | ***Período*** |
| Etapa I  - Elaboração do projeto  -Apreciação dos projetos pelos professores formadores | 27/08 a 09/ 09  10/09 a 16/09 |
| Etapa II  Visita a instituição para a coleta de dados | ***17/09 a 22/09*** |
| Etapa III  - Escrita do relatório  - Entrega da primeira versão do relatório por escola  - Retorno do relatório pelos professores e encontro presencial com os professores orientadores  - Entrega da versão final do relatório  - Devolutiva do texto pelos professores orientadores  - Realização da socialização do Estágio III “Retratos reflexivos da gestão das instituições educativas” | 23/09 a 14/10  15/10  20/10  28/10  02 e 03/11 |

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1998, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>

PETTER, Rosemery Celeste. MARQUES, Genésio. **Políticas Públicas e Gestão Educacional II**. Cuiabá: UAB/ EdUFMT, 2011.

PONTES e LACERDA, Prefeitura Municipal. **Lei de Gestão Democrática: Lei 723/2004,** 23 de março de 2004.

MARQUES, Genésio, PETTER, Rosemery Celeste **Políticas Públicas e gestão educacional I e III**. 2011 Cuiabá: UAB/ EdUFMT.

**PERGUNTAS NORTEADORAS PARA ENTREVISTA:**

**DIMENSÃO PEDAGÓGICA**

**Diretor:**

* A escola tem projeto educativo? Qual ou quais são?
* Qual a concepção de educação delineada pela escola? Quais valores, as metas e as estratégias que embasam a proposta?
* Existe um diagnóstico para medir a aprendizagem escolar? Quais as necessidades identificadas nele?
* Existe uma programação para os projetos e/ou ações realizadas na escola?Qual?
* Como a escola avalia o resultado destas ações?

**Professor da Educação Básica:**

* De que forma você planeja suas práticas pedagógicas (sistemática, coletiva, cooperativa, outra)?
* Você desenvolve práticas que atendam ao ritmo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno? Como?
* Você utiliza recursos didáticos e tecnológicos nas suas aulas?
* Você realiza trabalhos em equipe e projetos interdisciplinares com seus alunos?
* Como você percebe a gestão democrática na sua escola?

**DIMENSÃO JURÍDICA**

* Quais as legislações que normatizam o funcionamento da escola?
* A escola possui Regimento? E o Conselho Escolar?
* Quando ele(s) foram elaborados e como foi o seu processo de aprovação? Quem os aprovou?
* São desenvolvidas práticas de conhecimento e observância da legislação educacional, do regimento da escola e demais normas legais que orientam os direitos e deveres de professores e demais profissionais, pais e alunos?
* Existe alguma lei que rege o plano de carreira dos trabalhadores da educação desta instituição? Se existe como ela colabora ou interfere no trabalho da escola?

**DIMENSÃO ADMINISTRATIVA**

* Como funciona a gestão da escola?
* Que tipos de conselhos existem na escola? Qual é a competência deles? O que fazem? Como fazem ou desenvolvem suas competências?
* Quem toma as decisões na escola e como isso se dá costumeiramente?
* Como se dá a participação dos diferentes segmentos da escola nas reuniões assembléias?
* Como são comunicadas as decisões tomadas na escola?

**DIMENSÃO COMUNITÁRIA**

* Como tem sido a participação dos pais no cotidiano da escola?
* Como se dão as relações entre os pais e os professores e demais funcionários da escola?
* Na secretaria como as pessoas são atendidas?
* Quais são os mecanismos ou espaços promovidos pela escola para aproximar a comunidade para participar na escola?

**DIMENSÃO FINANCEIRA**

* Quais são as fontes de recursos financeiros da escola?
* Quem é responsável pela prestação de conta desses recursos financeiros? Quais são as pessoas envolvidas?
* Existem na escola outras formas de captação de recursos, que não os.
* Públicos?Quais são eles?
* Como é realizado na gestão dos recursos financeiros plano de aplicação e prestação de contas? Como é feito o controle dos gastos dos recursos estabelecidos Plano de aplicação? Onde fica arquivada a documentação dos gastos da escola?
* Como ocorre o processo de tomada de decisão acerca da distribuição das verbas? Quem decide onde aplicá-las?





